

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 537.794 - RJ (2019/0299564-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ALBERTO ZACHARIAS TORON - SP065371  
LUIZA ALEXANDRINA VASCONCELOS OLIVER -  
SP235045  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIAO  
**PACIENTE** : NISSIM CHREIM

## **DECISÃO**

**NISSIM CHREIM** alega sofrer coação ilegal em virtude de decisão de **Desembargador** do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que **indeferiu a liminar** pleiteada no HC n. 0002997-94.2019.4.02.0000.

Os impetrantes se insurgem contra a decretação da prisão preventiva do paciente na Medida Cautelar n. 0500491-14.2019.4.02.5101 (**Operação Câmbio Desligo**). Apontam a falta dos requisitos do art. 312 do CPP, bem como da cautelaridade da medida. Assinalam que em várias impetrações, nas quais corréus ostentavam situação similar à do paciente, Ministro do Supremo Tribunal Federal reconheceu a ilegalidade das prisões.

De acordo com os advogados, **é legítima a fuga do réu para impedir prisão preventiva que considere ilegal**. O suspeito mora fora do país há mais de dois anos e, "não vir ao Brasil para se entregar" não justifica a determinação da medida extrema (fl. 8). Sua esposa "se encontra na reta final de um tratamento de câncer" (fl. 8), por isso pediu maior prazo para cumprir liminar do Supremo Tribunal Federal, o que não pode afetar a análise deste habeas corpus.

**Decido.**

### **I. Súmula n. 691 do STF**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Tenho dito, em casos similares, que o remédio heroico, a despeito de sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as

# *Superior Tribunal de Justiça*

regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus **ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado**, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**Os danos** decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas**

também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

## **II. Ilegalidade não evidente**

**Não verifico a possibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STJ.**

Em primeiro lugar, **não houve cumprimento do mandado de prisão. O paciente não está com a liberdade cerceada enquanto aguarda a jurisdição requerida ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, razão pelo qual não sofre risco de dano irreparável a direito de ir e vir enquanto espera, em Israel, o regular julgamento do habeas corpus originário.**

Em segundo lugar, **o édito prisional não é ilegal**, ao menos em um exame não aprofundado, inerente a este momento.

O Juiz, para evidenciar o *fumus comissi delicti*, indicou que, consoante a palavra dos colaboradores, Nissim Chreim, doleiro desde a década de 90, haveria realizado operações ilícitas que totalizaram **USD 22 milhões entre os anos de 2011 a 2016**, por meio de **contas na Suíça em nome de offshores**. Em contrapartida às operações de compra de dólares, valores eram depositados em contas do Bradesco, trocados por cheques ou dinheiro em espécie, entregues em salas na cidade de São Paulo.

**Registro de acesso de visitantes nas salas alugadas, extratos dos sistemas utilizados pelos doleiros, relatório do COAF e da Receita Federal foram indicados no édito prisional para corroborar a palavra dos colaboradores.**

Ao que parecem indicar os autos, o acusado foi identificado como beneficiário de algumas *offshores* do Panamá, Suíça e Ilhas Virgens, juntamente com sua esposa, Thania Chreim, a qual, beneficiada com a revogação de sua prisão preventiva, pediu a Ministro do Supremo Tribunal Federal prazo adicional para se apresentar no Brasil.

Além da gravidade concreta dos crimes sob apuração (o que, em caso de outros doleiros presos, justificou a necessidade de algum acautelamento da ordem pública, mas não impediu, em juízo de proporcionalidade, a aplicação de cautelares do art. 319 do CPP), a **permanência do acusado no exterior dificulta a realização de atos processuais e suas respectivas comunicações**. A um primeiro olhar, está justificado o risco **contemporâneo à aplicação da lei penal**, haja vista o **comportamento externado pelo postulante, de se recusar a cumprir ordens judiciais das quais discorde**.

Com efeito:

4. Se a autoridade judiciária competente decreta uma prisão preventiva porque existe o risco de fuga e essa situação acaba por se tornar concreta por longo período, com prejuízo para a persecução penal, [...] justifica-se a manutenção da cautela extrema para assegurar eventual aplicação da lei penal.

5. Às ordens do juiz, enquanto não forem invalidadas pelo próprio Poder Judiciário, não se pode opor um suposto "direito à fuga". O acusado que pretende fugir e prolongar o motivo para o decreto preventivo faz uma escolha que lhe trará os ônus processuais correspondentes, pois não pode o Judiciário ceder a essa opção da parte, a menos que considere ilegal o decreto de prisão.

[...]

(RHC n. 114.552/RJ, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 19/9/2019).

Consta do acórdão que, apesar de declinar endereço no Panamá, e mesmo com o nome incluído no Sistema de Difusão Vermelha da

# Superior Tribunal de Justiça

Interpol, a última informação dá conta que **o paciente está em Israel**, "restando pendente de cumprimento o mandado de prisão" (fl. 18).

Em caso de tamanha complexidade, a envolver **réu foragido (risco atual à aplicação da lei penal) e suposto integrante de sofisticada organização criminosa** que, em tese, praticou crimes com substancial densidade lesiva ao bem jurídico tutelado, é recomendável que a análise sobre a revogação e/ou substituição da prisão preventiva seja feita por ocasião do julgamento de mérito do habeas corpus. Não era o caso, portanto, de concessão da liminar pelo Desembargador.

Nesse cenário, não verifico manifesta ilegalidade a autorizar a antecipação da competência desta Corte Superior para o exame de tão complexa *fattispecie*.

### III. Dispositivo

À vista do exposto, **sem prejuízo futuro de exame mais acurado da insurgência**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*, **indefiro liminarmente este habeas corpus, com fulcro no art. 210 do RISTJ e na Súmula n. 691 do STF.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**